

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

“DESAFIOS GLOBAIS PARA O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO, A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E OS PAPÉIS DO BRASIL”



Apoio



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome



SEMINÁRIO INTERNACIONAL

“DESAFIOS GLOBAIS PARA O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO, A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E OS PAPÉIS DO BRASIL”

Data: 29 e 30 de outubro de 2012

Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto
Brasília, Distrito Federal, Brasil

Parceiros

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – FBSSAN

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan

Food First Information and Action Network – FIAN

Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome – CGFome do
Ministério das Relações Exteriores

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura –
FAO (Escritório Regional da América Latina e Caribe)

Realização

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea

Presidenta do Consea

Maria Emília Lisboa Pacheco

Organizadora do relatório

Mariana Santareli

Conselheiros(as) do Consea – Gestão 2012-2013

Sociedade Civil - Titulares

Aldenora Pereira da Silva, Alessandra da Costa Lunas, Allysson Paolinelli, Ana Maria Segall, Anelise Rizzolo de Oliveira Pinheiro, Antonio Ricardo Domingos da Costa, Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite, Charles Reginatto, Christiane Gasparini Araújo Costa, Daniela Sanches Frozi, Denildo Rodrigues de Moraes, Edélcio Vigna, Edgard Aparecido de Moura, Edno Honorato de Brito, Elisabetta Recine, Elisângela dos Santos Araújo, Elza Maria Franco Braga, Gleyse Maria Couto Peiter, Jaime Conrado de Oliveira, José de Ribamar de Araújo e Silva, Leticia Luiza, Luiz de Bittencourte, Maria Aláides Alves de Souza, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria Valéria Militelli, Mariana Ferraz, Marília Mendonça Leão, Mariza Rios, Naidison de Quintella Baptista, Nei Simas Custódio, Olívia Maria da Conceição Lyra da Silva, Paulo Sérgio Matoso, Pedro Makumbundu Kitoko, Renato Sérgio Jamil Maluf, Rosane Bertotti, Sandra Marli da Rocha Rodrigues, Sebastiana Almire de Jesus, Sílvia do Amaral Rigon, Sônia Lúcia Lucena Sousa Andrade, Ubiraci Dantas de Oliveira.

Suplentes

Alcemi Almeida de Barros, Aldenora Gonzalez, Alexandre Seabra Resende, André Roberto Spitz, Antonio José Bom, Armindo Augusto dos Santos, Carmem Sílvia Fontoura, Carmen Helena Ferreira Foro, Claudina Libera Scapini, Daniel Carvalho de Souza, Eduardo Borges Amaral, Ekaterine Karageordgiadis, Emma Siliprandi, Fabio Pierre Fontenele, Fernando Ferreira Carneiro, Irio Luiz Conti, José Carlos do Nascimento Galiza, José Marcos Santos de Menezes, José Rodrigues de Araújo, Julian Perez Cassarino, Juliana Rochet Wirth Chaibub, Luciene Burlandy Campos de Alcantara, Marcia Samia Pinheiro Fidelix, Marcos Rochinski, Marilene Alves de Souza, Mario Karáí Moreira, Moisés Pinto Gomes, Nathalie Beghin, Oswaldo Mafra, Paulo Fernando da Silva Teixeira Filho, Regina Barros Goulart Nogueira, Sandra Inês Sangaletti, Sandra Regina Monteiro, Silvio Ortiz, Tânia Chantel Freire, Theonas Gomes Pereira, Valter Israel da Silva, Vânia Lúcia Ferreira Leite, Werner Fuchs.

Conselheiros(as) de governo

Titulares

Aloizio Mercadante, Tereza Campello, Neri Geller, Gilberto Occhi, Miguel Soldatelli Rossetto, José Henrique Paim Fernandes, Guido Mantega, Izabella Teixeira, Miriam Belchior, Ademar Arthur Chioro dos Reis, Manoel Dias, Francisco José Coelho Teixeira, Clélio Campolina, Luiz Alberto Figueiredo, Eduardo Benedito Lopes, José Eduardo Martins Cardozo, Gilberto Carvalho, Eleonora Menicucci de Oliveira, Ideli Salvatti, Luiza Helena de Bairros.

Suplentes

Magaly de Carvalho Correa Marques, Arnaldo de Campos, João Marcelo Intini, Paulo Alves Rochel Filho, Onaur Ruano, Albaneide Maria Lima Peixinho, Aloísio Lopes Pereira Melo, Paulo Guilherme Francisco Cabral, Esther Bemerguy de Albuquerque, Patrícia Jaime, Flávio Pércio Zacher, Marcelo Giavoni, Osório Coelho, Milton Rondó Filho, Luis Alberto de Mendonça Sabanay, Maria Augusta Boulitreau Assirati, Selvino Heck, Tatau Godinho ou Raimunda Mascena, Maria Marinete Merss, Silvano Euclênio da Silva.

Equipe de Revisão

Maria Emília Lisboa Pacheco (Presidenta do Consea), Mariana Santareli (Consultora do Consea), Mirlane Klimach Guimarães Scalia (Assessora Técnica do Consea), Lucas Medeiros Resende (Assessor Técnico do Consea), Valéria Burity (Coordenadora da Secretaria Executiva do Consea), e Marcelo Torres (Coordenador da Assessoria de Comunicação do Consea).

Secretaria executiva do Consea

Valéria Torres Amaral Burity - Coordenadora da Secretaria Executiva

Assessoria Técnica

Mirlane Klimach Guimarães Scalia
Marina Godoi de Lima
Rocilda Santos Moreira

Assessoria Administrativa

Edna Gasparina
Danielle Silva
Edgar Hermógenes

Assessoria de Comunicação

Marcelo Torres - Coordenador da Assessoria de Comunicação

Beatriz Evaristo
Michelle Andrade
Patrícia de Sousa

Projeto Gráfico

Oitava Arte Produções | Januário Jr.



SUMÁRIO

Carta de apresentação	6
Introdução	7
1. Tendências e desafios internacionais no campo da soberania e segurança alimentar e nutricional	5
a. Crise alimentar e os limites do livre mercado	5
b. As respostas globais	9
c. Cooperação internacional em segurança alimentar e nutricional: proposições e desafios	11
2. Estratégias e políticas nacionais para a soberania e a segurança alimentar e nutricional: apresentação de casos	14
3. Principais temas de debate e proposições	16
a. Governança global em segurança alimentar e nutricional	16
b. Atuação internacional brasileira no campo da SAN	18
c. Participação e articulação internacional da sociedade civil	20
d. Elementos para a atualização da agenda internacional do Consea	21
ANEXO 1 – Programação do Seminário	22
ANEXO 2 – Conteúdo da carta enviada ao Comitê das Nações Unidas de Segurança Alimentar (CSA)	25
ANEXO 3 – Abaixo-assinado em favor dos povos indígenas da etnia Kaiowá Guarani	29

Carta de Apresentação

Desde 2008, o Consea vem observando de forma mais sistemática as sucessivas crises alimentares mundiais e buscando construir leituras e proposições de enfrentamento, de forma pactuada entre sociedade civil e governo. O Seminário “Desafios globais para o direito humano à alimentação, a soberania e segurança alimentar e nutricional e os papéis do Brasil” é mais uma iniciativa fruto deste esforço, que ao reunir convidados nacionais e internacionais, permitiu a atualização da agenda internacional do Consea, a partir do debate sobre questões relacionadas às recentes transformações da governança global e à crescente atuação internacional do governo brasileiro em projetos de cooperação e negociações relacionadas ao tema da soberania e segurança alimentar e nutricional.

As análises apontam um cenário de crise alimentar permanente em um contexto global em que confluem quatro crises sistêmicas e interligadas: econômica, alimentar, ambiental e energética. Os posicionamentos internacionais do Consea partem do pressuposto de que a crise precisa ser enfrentada a partir de soluções que sejam também sistêmicas, e da compreensão de que, esta conjuntura deve ser percebida como uma oportunidade para a promoção de transformações na agenda e estruturas de governança global da segurança alimentar e nutricional, na agenda de cooperação e negociações internacionais do governo brasileiro, assim como nas políticas públicas nacionais.

Introdução

O Seminário “Desafios globais para o direito humano à alimentação, a soberania e segurança alimentar e nutricional e os papéis do Brasil” foi proposto pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) como desdobramento da oficina internacional ocorrida durante a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (4ª CNSAN), em novembro de 2011, na cidade de Salvador/BA. O seminário teve como objetivo a promoção do debate sobre os principais desafios em âmbito global, especialmente para os países em desenvolvimento, para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a promoção da soberania e a segurança alimentar e nutricional, além de se tratar de um momento de intercâmbio de experiências entre os países. Em termos de resultados, o que se buscou foi: a atualização da agenda internacional do Consea, o fortalecimento da atuação dos vários atores presentes na esfera internacional, o compartilhamento de experiências de mobilização social e formulação de políticas públicas em segurança alimentar e nutricional e a atualização, aperfeiçoamento e ampliação da coordenação da atuação internacional do Governo Federal nesse campo. O evento contou com a participação de aproximadamente 200 pessoas, de 15 países, entre representantes de governo, sociedade civil e organismos internacionais.

O presente relatório pretende registrar os pontos principais do debate ocorrido ao longo dos dias, com ênfase no mapeamento das tendências e desafios do atual regime alimentar e da governança global e as respostas em curso no mundo, na atuação internacional brasileira no campo da segurança alimentar e nutricional e na identificação de respostas aos desafios e proposições. O relatório contém também uma breve apresentação dos casos das Filipinas, Equador, Moçambique e Brasil, apresentados durante o Seminário.

1. Tendências e desafios internacionais no campo da soberania e segurança alimentar e nutricional

a. Crise alimentar e os limites do livre mercado

Assistimos em 2007 e 2008 a uma crise alimentar mundial de grandes proporções que suscitou uma série de análises sobre suas causas, as respostas possíveis e as estratégias e mecanismos de governança global a serem acionados como forma de assegurar a segurança alimentar. As intervenções nos painéis, assim como os debates que se seguiram,

apresentaram olhares sobre esta crise e suas repercussões, que coincidem no diagnóstico de que a crise alimentar é estrutural e com manifestações recorrentes. O que se apresenta como novidade no cenário atual é o questionamento do modelo hegemônico neoliberal, percebido inclusive através da indignação da população, que em 2008 se organiza, especialmente no mundo árabe, em rebeliões dos povos contra a falta de alimentos e a falta de capacidade dos governos de oferecerem respostas para a garantia do direito humano à alimentação. Há uma percepção geral de que novas oportunidades se abrem neste momento de ruptura. Seguem abaixo elementos destacados ao longo do debate.

Alguns momentos importantes da história ajudam na compreensão da atual crise, tanto do ponto de vista global, quanto no contexto nacional. O primeiro deles ocorre, no Brasil, durante a década de 70, em um período conhecido como “milagre brasileiro”, sob a ditadura militar, quando cerca de 7 milhões de famílias de pequenos produtores rurais são expulsos de suas terras para dar lugar à monocultura. Processo muito semelhante está em curso hoje na África, continente em que aproximadamente 80% da população é rural. A criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1994, é um segundo marco, quando o domínio da lógica do livre mercado vence qualquer perspectiva de regulação, restringindo a capacidade dos estados nacionais de se protegerem.

O terceiro momento acontece em 2007, quando desponta o fenômeno da crise mundial alimentar, que demonstra os limites do livre comércio em dar resposta à questão da segurança alimentar e nutricional dos povos. Durante a crise, ficam evidentes também os efeitos liberalizantes dos ajustes estruturais de 80 e 90, período em que muitos países em desenvolvimento desmontaram suas estruturas e mecanismos de proteção, tais como estoques e políticas de garantia de preços mínimos dos alimentos. É justamente durante a crise que se percebe mais claramente a gravidade do desmonte e a incapacidade de resposta dos países em garantir a soberania alimentar e o direito humano à alimentação de suas populações.

Como se não bastassem os efeitos da alta dos preços dos alimentos na vida, principalmente dos países e famílias mais pobres, a crise alimentar levou ainda a um alto nível de especulação, que se refletiu no preço das terras e das *commodities* alimentares. No continente africano, esta situação se faz especialmente grave. A crise acirrou a corrida para compra ou ocupação de terras, processo conhecido como acaparamento de terras (*Land Grabbing*). Outro fator que intensifica a crise e se apresenta como uma ameaça é a utilização de terra e produtos alimentares como base para a produção de agro-combustíveis.

As análises apontam para o fato de que o livre mercado é gerador, por um lado, da alta volatilidade, com tendência de alta dos preços internacionais das *commodities* alimentares e suas repercussões nos preços internos dos alimentos e, por outro, de impedimentos à capacidade de proteção dos países no que diz respeito à garantia da soberania e do direito humano à alimentação.

Em termos de mudanças na governança global da Segurança Alimentar e Nutricional, cabe destacar, como momentos relevantes para a agenda internacional da SAN, a realização da Cúpula Mundial de Alimentação, em 1996, em que movimentos internacionais passam a se organizar em defesa da soberania alimentar e do direito humano à alimentação, e a retomada e reforma do Comitê de Segurança Alimentar (CSA) da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 2007.

Foram apontados como principais elementos críticos do atual regime alimentar:

1

O modelo predominante de agricultura, a patronal, baseada em monoculturas de larga escala e que, dentre outras coisas, faz uso excessivo de agrotóxicos.

2

O controle do sistema alimentar mundial por parte de grandes corporações transnacionais.

3

A alta volatilidade do preços dos alimentos.

4

Padrões de consumo alimentar, em suas dimensões de saúde e ambiental, que têm levado ao sobrepeso, à obesidade e ao sobreuso dos recursos naturais, cada vez mais determinado pela lógica privada.

Ao longo do debate, ganharam destaque os impactos negativos, em termos sociais e ambientais, do modelo agrícola voltado para o aumento da produtividade, apresentado como resposta às necessidades de alimentos do mundo. Uma das premissas fundamentais deste modelo neoliberal de agricultura é a produção em larga escala no latifúndio monocultor, que se utiliza de enorme quantidade de insumos químicos e tecnológicos, provenientes de um número muito pequeno de multinacionais farmacêuticas e agroquímicas.

Soma-se ainda uma grande concentração de multinacionais de transporte, processamento e varejo, responsáveis pelo abastecimento alimentar global, o que não deixa dúvidas quanto ao fato de que há um crescente controle exercido por poucas e grandes corporações transnacionais sobre o sistema alimentar mundial.

A regulação de diversos elementos deste sistema foi um tema de destaque, desdobramento de debates ocorridos durante a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN). Por um lado, as grandes corporações estão se valendo da construção e imposição de normas e parâmetros transnacionais para regular o local, o que muitas vezes inviabiliza as economias locais, sendo o Codex Alimentarius um bom exemplo. Por outro lado, persiste a desregulação para questões como novas tecnologias, o que deixa o caminho livre para a entrada de determinados insumos, tais como organismos geneticamente modificados (OGM) e agrotóxicos, e alimentos (ou falsos alimentos) nos mercados nacionais. Este é o caso, por exemplo, de uma série de agrotóxicos banidos em grande parte dos países desenvolvidos e que são livremente comercializados, além de altamente subvencionados no Brasil.

Na avaliação de alguns participantes, os mesmos atores que impuseram esse modelo de produção e abastecimento são aqueles que, a partir da crise do seu modelo, propõem como solução fazer mais do mesmo.

É possível observar uma corrida por novas fronteiras agrícolas e recursos, tais como, terra, água, investimentos públicos e privados, em que se tenta criar uma nova onda de expansão deste mesmo paradigma de agricultura em novos territórios. Foi citado estudo recente da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) na América Latina, que mostra que são grandes países ou fundos de investimento os que estão por trás do investimento na agricultura intensiva no Centro-Oeste brasileiro, na Argentina e no Uruguai. Estes investimentos apresentam altos índices de rentabilidade, são altamente especulativos e não estão submetidos a nenhum tipo de controle. Possivelmente este mesmo cenário se apresenta no continente africano.

Porém, respostas estruturais não deverão surgir desde uma perspectiva de liberalização, o que abre espaço para o fortalecimento de outras visões sobre o sistema alimentar global, como a baseada em um modelo de circuitos curtos de produção, com ênfase na agricultura familiar camponesa, na soberania alimentar e no direito humano à alimentação adequada. As apresentações e o debate tendem a perceber a conjuntura atual como um momento crucial, o que exige uma maior e mais estratégica articulação dos movimentos que apoiam esta visão, em torno de algumas prioridades.

A primeira delas está relacionada ao acesso e controle sobre os recursos naturais. Há portanto uma tarefa coletiva de posicionamento contra o acaparamento de terras e de re colocação das questões agrárias, incluído o direito dos povos originários, na agenda pública nos contextos nacionais e internacional, além de questões relacionadas à sociobiodiversidade e à água. A segunda questão fundamental nesse novo contexto é a articulação de uma ação efetiva de direcionamento dos novos fluxos de investimento e de financiamento público para a agricultura familiar de base agroecológica. Uma terceira questão é a disputa de espaços para estas agendas nas instâncias de governança global relacionadas aos sistemas agroalimentares, não só no Comitê das Nações Unidas de Segurança Alimentar (CSA), mas também no Grupo dos Oito mais a Rússia (G8), no Grupo dos Vinte (G20) e demais espaços multi e bilaterais de todas as naturezas.

A impressão geral é de que, apesar dos esforços, o nível de unidade política e coordenação dos movimentos e organizações sociais, tanto em nível nacional, mas sobretudo em nível internacional, em torno destas prioridades está muito aquém das oportunidades que se apresentam na atual conjuntura. Do outro lado, observa-se um realinhamento das grandes multinacionais com os seus aliados nos governos nacionais e em organizações e blocos internacionais multilaterais, reafirmando suas visões, estratégias e paradigmas.

b. As respostas globais

São três as principais estratégias organizadas a partir da governança global, como forma de dar resposta à crise:



Dentre as estratégias, aquela que mais preocupa é a segunda, por seu caráter centralizador, enquanto que a terceira parece permitir uma dinâmica mais representativa e participativa, e a formação de acordos e decisões mais informadas e negociadas.

¹ O G8 é formado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia

O G8 propõe a criação de uma plataforma global de segurança alimentar e nutricional que conta com a participação efetiva do setor privado como elaborador de políticas públicas. Participam também destas dinâmicas a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Fundação Bill e Melinda Gattes, dentre outros. O G8 vem criando estratégias próprias, a partir de articulações, diálogos bilaterais e de interesses corporativos, tais como as iniciativas: *Scaling Up Nutrition (SUN)* e a Ação Africana pela Revolução Verde (Agra).

A iniciativa *Scaling Up Nutrition* é percebida por muitos como uma forma de tratar da desnutrição com suplementação de micronutrientes e biofortificação de sementes, ao invés do estímulo e facilitação do acesso a uma alimentação adequada. A partir desta lógica são priorizados produtos das grandes multi-nacionais, em detrimento a alimentos produzidos localmente. A Agra pretende promover a nova Revolução Verde na África por meio do incentivo à atuação das grandes empresas de semente, agro-químicos e produtos alimentícios, ou seja, uma iniciativa extremamente viesada em benefício do setor privado. Outra estratégia é o “Pacto Global” que defende a idéia de auto-regulação dos negócios privados, em reação a proposições que buscam criar mecanismos de regulação pública. É importante ressaltar que boa parte destas ações refletem interesses corporativos e passam por fora da discussão multilateral.

A terceira proposta é a retomada e reforma do Comitê das Nações Unidas de Segurança Alimentar (CSA), iniciada em 2008/2009 como uma reação multilateral à crise global em contraposição à proposta do G8. A perspectiva é de que a crise tem que ser gerida pelo conjunto de países, e não apenas pelos 8 países mais ricos do mundo, e ainda que o setor privado deve ser ouvido, mas não estar à frente na elaboração de iniciativas e políticas públicas.

Como pode se perceber, uma questão em jogo hoje é quem governa a segurança alimentar no mundo: Comitê das Nações Unidas de Segurança Alimentar (CSA), G8 ou o setor privado. Esta é hoje uma disputa acirrada. Se, por um lado, há um crescente reconhecimento do CSA como espaço de decisão e coordenação, o G8 e o setor privado continuam tentando solapar esse mecanismo por intermédio de atividades paralelas.

O Comitê das Nações Unidas de Segurança Alimentar (CSA) tem como alguns de seus objetivos a busca de convergência e o apoio aos países membros na elaboração de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Um de seus principais instrumentos é o Marco Estratégico Global para a Segurança Alimentar e a Nutrição², aprovado em outubro de 2012.

¹ O Marco tem como objetivo melhorar a coordenação e guiar a ação sincronizada, de medidas impulsionadas em nível global, regional e nacional para garantir a segurança alimentar e nutricional e evitar futuras crises, através de diretrizes e recomendações para a ação.

O Comitê conta com uma participação institucionalizada da sociedade civil organizada, através do denominado “Mecanismo da Sociedade Civil”, do qual participam 11 grupos setoriais formados pelos movimentos sociais mais afetados pela crise, tais como: pequenos produtores rurais, indígenas, mulheres rurais, pescadores e grupos urbanos. Há também um aumento na participação do setor empresarial, que passa a perceber o Comitê das Nações Unidas de Segurança Alimentar (CSA) como um espaço de decisão política efetiva. Alguns dos temas polêmicos que estão em jogo no Comitê são, por exemplo, a questão do comércio e o impacto sobre segurança alimentar e nutricional, as biotecnologias e os agrocombustíveis.

Ao longo dos debates apareceram intervenções que apontam falhas na governança global como um todo e também no campo da Segurança Alimentar e Nutricional. No caso da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), destaca-se o fato de que foram muitos anos sem alternância de poder, 38 anos de hegemonia neoliberal e de polarizações internas. Porém, parecem prevalecer, ao longo do debate, um certo grau de consenso quanto à necessidade de apoio à reconstrução e revitalização de certas institucionalidades internacionais, como é o caso do Comitê das Nações Unidas de Segurança Alimentar (CSA).

c. Cooperação internacional em segurança alimentar e nutricional: proposições e desafios

Internacionalmente, no campo da segurança alimentar e nutricional, o Brasil reproduz e exporta as mesmas contradições que vive internamente. Por um lado, a partir da difusão internacional do Fome Zero, projeta-se o Brasil que conseguiu, através de políticas públicas ativas, construir instrumentos de fortalecimento da agricultura familiar e de proteção social voltados à população mais vulnerável. Por outro, aparece o Brasil do agronegócio, que se destaca pelo aspecto da produtividade, e ganha novos terrenos em um processo acelerado de internacionalização.

Tal projeção reflete a coexistência, no âmbito nacional, de duas formas de agricultura, a patronal e a familiar, e de políticas públicas que, se por um lado foram capazes de constituir mecanismos de proteção social que amortecem as crises, por outro não regulam de forma suficiente o sistema alimentar e nem são capazes de estruturar um sistema nacional de abastecimento. Ambas as perspectivas se expressam na intervenção internacional brasileira. As contradições estão presentes na política externa e na comercial, assim como nas diversas iniciativas de cooperação sul-sul ou horizontal, que correspondem a ambos os paradigmas.

Considera-se que a reflexão a respeito ganhou maior relevância com a passagem do Brasil à condição de país doador líquido e com crescente atuação internacional. Nesse contexto, teme-se que a cooperação brasileira para o desenvolvimento, no que se refere à segurança alimentar e nutricional, se converta num veículo para transportar modelos que não refletem as demandas e os desejos das sociedades dos próprios países com os quais se propõe a cooperar. Esse risco é especialmente observável no continente africano, onde, de maneira geral, verifica-se o transplante de políticas alimentares que favorecem o interesse do setor privado e a internacionalização do agronegócio brasileiro, por exemplo, pelo fato de as multinacionais brasileiras começarem a participar ativamente de processos de acaparamento de terras naquele continente. Durante os debates no Seminário, ganhou especial destaque a atuação brasileira em Moçambique, através do Programa ProSavana.

ProSavana

O projeto ProSavana é parte de uma ampla estratégia de cooperação técnica do governo brasileiro, coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), voltada para o “apoio ao sistema de inovação no setor agropecuário moçambicano”.

Na visão expressa pelo governo brasileiro, o desafio que justifica esta

ação de cooperação técnica triangular, que envolve ainda o Japão, é a superação de problemas estruturais da agricultura em Moçambique, tais como a dependência de importações, ocasionais crises de abastecimento e a baixa eficiência dos sistemas produtivos, que seriam decorrentes de fatores tais como: o uso restrito de tecnologias, o baixo desenvolvimento e de inovações para a agricultura o difícil acesso a insumos agrícolas e a crédito.

A União Nacional de Camponeses de Moçambique (Unac), cujo representante esteve presente no debate, aponta o ProSavana como resultado de uma política que vem do topo para a base, com reduzida transparência e exclusão das organizações da sociedade civil em todo processo, em particular as organizações de camponeses. A União condena esta iniciativa, por considerar que preconiza o reassentamento de comunidades e expropriação de terra dos camponeses, para dar lugar a mega projetos agrícolas de produção de monoculturas (soja, cana-de-açúcar, algodão etc.) e a vinda em massa de agricultores brasileiros que se dedicam ao agronegócio, transformando camponesas e camponeses moçambicanos em seus empregados. O movimento alerta para possíveis impactos, tais como o surgimento de comunidades sem terra em Moçambique, convulsões sociais, empobrecimento das comunidades rurais e redução de alternativas de sobrevivência; aumento da corrupção e de conflitos de interesse, poluição dos recursos hídricos, empobrecimento dos solos e desequilíbrio ecológico.

Contradições estão presentes também na atuação brasileira nos espaços de governança global. O Brasil tem participado muito ativamente nas recentes transformações da geopolítica através de sua política externa e comercial. O país assumiu liderança em várias articulações, criou o G20, que apesar de todos os questionamentos a ele relacionados, possibilitou aos países em desenvolvimento um crescente poder na economia política internacional, o que traz responsabilidade quanto ao nível de democracia necessária na condução dos problemas globais. O Brasil teve, por exemplo, papel determinante no fortalecimento e reforma do Comitê das Nações Unidas para a Segurança Alimentar (CSA), muito a partir da experiência do Consea. A vivência do Consea, enquanto lócus de expressão de distintas visões, conflitos e mediações, tem demonstrado que a abertura de espaços de participação social e diálogo entre sociedade civil e governo, faz emergir na agenda pública as controvérsias que, se nem sempre são superáveis, ao menos ganham espaço no debate.

Por outro lado, o país ainda não assinou o Protocolo Facultativo do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc). O Protocolo é um instrumento adicional ao referido Pacto e institui mecanismos de denúncias individuais que podem ser apresentadas ao Comitê de Direitos Econômicos Sociais e Culturais da Nações Unidas (ONU), responsável pelo monitoramento deste instrumento. Além disso, não estão sendo elaborados relatórios sobre o cumprimento do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc) no Brasil. Internamente o país viola acordos internacionais de direitos humanos, como é o caso da homologação das terras indígenas da etnia Guarani Kaiowá, conflito que, no momento de realização do Seminário, estava presente como uma emergência da agenda pública.

Em 2007 o Brasil assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em que se comprometia a identificar todas as terras destes povos até 2007, e homologá-las até 2010, o que não ocorreu, com o agravante de que, neste período, segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), foram identificados 162 assassinatos de indígenas na região do Mato Grosso do Sul, decorrentes das tensões sociais existentes. Em relação a esta questão, houve decisão da plenária pela elaboração e divulgação de um abaixo assinado (em anexo).

2. Estratégias e Políticas Nacionais para a soberania e a segurança alimentar e nutricional: apresentação de casos

A segunda parte do seminário internacional, intitulada Estratégias e Políticas nacionais e internacionais para a soberania e segurança alimentar e nutricional e o direito à alimentação, contou com apresentações de palestrantes do Equador, Filipinas e Moçambique. Participaram da mesa: Saquina Mucavele, diretora executiva da Organização Não-Governamental Mulher, Gênero e Desenvolvimento (MuGeDe) e integrante da Rede de Organizações para Soberania Alimentar (Rosa) de Moçambique, Aurea Miclat-Teves, presidenta da Rede de Ação e Informação "Alimentação primeiro" nas Filipinas e Fernando Rosero, coordenador geral do Centro Andino para a Formação de Líderes Sociais (Cafolis) do Equador. Segue abaixo uma breve síntese das falas, que foram seguidas de debate sobre as experiências apresentadas.

Filipinas

Existe no país um conjunto de 47 leis que abordam temas relacionados à agenda pública da Segurança Alimentar e Nutricional. Porém o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) ainda não é reconhecido na constituição federal, tampouco está devidamente refletido nas políticas e no orçamento público. Os mecanismos de exigibilidade são frágeis, assim como a ação de pressão por parte da sociedade. É baixo também o grau de conhecimento de gestores e demais atores sociais sobre a temática.

Tendo em vista este cenário, foi formado inicialmente um grupo de 15 organizações que passaram a trabalhar em capacitação e multiplicação desta agenda, o que deu origem a uma coalizão nacional, campanha e conferência nacional sobre SAN. No seguimento deste processo, a palestrante considerou como estratégico o intercâmbio com a experiência brasileira.

Equador

A apresentação sobre o caso do Equador parte do reconhecimento de avanços que se expressam sobretudo na nova Constituição, elaborada a partir de princípios do *"Buen Vivir"*, da economia social e solidária e das cosmo-visões indígenas, que pela primeira vez trazem para uma Constituição Federal a noção dos direitos da natureza. A Lei Orgânica Nacional e também a composição de uma frente parlamentar receberam forte influência da experiência brasileira. Há avanços também no fortalecimento de uma agenda de cooperação interamericana. Alguns dos desafios apontados são: o incremento do investimento público na agricultura familiar camponesa, a adoção da perspectiva agroecológica e da proteção da agrobiodiversidade e a capacitação dos atores sociais para trabalhar com a SAN. No debate foi muito valorizada a perspectiva de inclusão dos direitos da natureza na Constituição Federal, como um exemplo a ser seguido por todos os demais países.

Moçambique

No contexto moçambicano, destacam-se altas taxas de desnutrição e uma perda crescente dos hábitos alimentares tradicionais. As mulheres são aquelas mais diretamente afetadas pela insegurança alimentar e nutricional, também pela sua condição de pequenas produtoras não reconhecidas. As políticas públicas não refletem as necessidades dos produtores locais, uma vez que estes não são envolvidos em seus processos de elaboração. Há um conjunto de estratégias e planos nacionais relacionados ao tema da Segurança Alimentar e Nutricional, altamente influenciados pelas agendas internacionais e construídos sem participação social. Por outro lado, há um esforço de organizações e movimentos da sociedade civil em torno da agenda pública da SAN, com destaque para o recém criado fórum de mulheres rurais no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Algumas recomendações no cenário interno seriam: a valorização, por parte do governo nacional, da participação social, a ampliação do apoio aos pequenos produtores, em especial as mulheres, e a incorporação de um enfoque transversal nas políticas de SAN.

Brasil

A apresentação do caso brasileiro deu destaque à criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), instituído por meio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Lei nº 11.346, em 2006, com o objetivo primordial de garantir, através de ações intersetoriais, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), para todas as pessoas que se encontram no Brasil, através da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), cujo instrumento é o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan).

Dois importantes princípios desse sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional são: a participação social e a intersectorialidade. O Sisan abriga institucionalidades que visam garantir esses princípios. Assim, a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) são institucionalidades para a garantia da participação social na Política Nacional de SAN. A Câmara Interministerial de SAN e suas congêneres visam garantir o princípio da intersectorialidade. Essas instituições são reproduzidas nos estados e municípios como forma de dar concretude a estes princípios do Sisan.

3. Principais Temas de debate e proposições

a. Governança Global em Segurança Alimentar e Nutricional

Mecanismos de coordenação global, regional e nacional e de participação social do Comitê das Nações Unidas de Segurança Alimentar

A aprovação do Marco Estratégico Global pelo Comitê das Nações Unidas para a Segurança Alimentar (CSA)³ é percebida como uma conquista que traz o desafio de sua implementação, o que exige pensar sobre os elos entre o Comitê, as regiões e os países. O que se observa é que muitos temas que são tratados no âmbito do CSA, como o Marco Estratégico e as Diretrizes, chegam, ainda que de forma frágil e desorganizada, nas esferas de discussão regional, e até mesmo nacional. Por outro lado, muitos dos temas que são tratados a nível regional ou nacional não ganham projeção no CSA, como é o caso dos debates sobre soberania alimentar e agroecologia. Há que se refletir sobre os elos possíveis entre as instâncias globais, regionais e nacionais, a partir de uma perspectiva de mão dupla, em que importam tanto as condições de implementação das diretrizes pactuadas no âmbito do CSA, quanto as condições de intervenção de agendas construídas em âmbito nacional e regional, nos acordos globais.

Soma-se a isso a necessidade de maior articulação da sociedade civil a nível global, para uma incidência mais qualificada no CSA, que esteja também articulada ao mecanismo de participação da sociedade civil. A incidência da sociedade civil na formulação de documentos como as “Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, Recursos Pesqueiros e Florestais em um Contexto de Segurança Alimentar Nacional” e o Marco Estratégico Global, que possibilitou, dentre outras coisas, a incorporação de aspectos de gênero e a consulta prévia aos povos indígenas, é importante, mas deve ser acompanhada de processos de capacitação para que estes mesmos atores sociais, dentre outros, possam construir plataformas nacionais e estratégias próprias de participação social. O intercâmbio entre os países deveria ser apoiado pelos organismos internacionais, especialmente a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

³ O Marco Estratégico Global é um conjunto de diretrizes para Estados, atores intergovernamentais, para o setor corporativo privado e para o próprio CSA, sobre como promover coerência política, dentro do quadro baseado nos direitos humanos, e na realização do direito à alimentação adequada

Temas emergentes a serem tratados no Comitê das Nações Unidas de Segurança Alimentar

As recentes mudanças do CSA trazem como novidade o fato de que a construção das agendas e dos novos temas a serem debatidos é deliberada em plenária e seu estudo encomendado ao recém criado Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar⁴. Tal fato abre a perspectiva para que o Comitê seja visto como um espaço em que conflitos são apontados e tratados, e não como se eles não existissem. Devem ser pensados mecanismos que possibilitem a emergência de novos temas a serem trabalhados. Aparece como necessário fazer emergir o debate sobre que agricultura queremos. O que se vê, por exemplo, no contexto da África é uma disputa por recursos, sem que sejam debatidos os modelos.

É importante reconhecer o papel do Painel de Alto Nível de Especialistas e do Mecanismo da Sociedade Civil, mas estes canais parecem ainda insuficientes para fazer com que os temas mais contraditórios possam emergir, uma vez que não estão estabelecidos os elos nacionais e regionais, nem mesmo entre a sociedade civil, que normalmente traz uma visão mais crítica.

Incorporação de novos conceitos e dimensões nas terminologias: soberania alimentar e o aspecto nutricional

A adoção do conceito de soberania alimentar e do aspecto da nutrição na terminologia oficial da governança global da Segurança Alimentar são questões que estão em jogo. A experiência brasileira mostra que os conceitos expressam processos sociais próprios, tanto que no Brasil, já em 1990, se fazia a junção com o aspecto nutricional. Igualmente, em relação à emergência de novos conceitos, como a soberania alimentar e o direito humano à alimentação adequada, este último devidamente incorporado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), enquanto que a soberania alimentar não aparece como tal (apesar de seus princípios estarem lá presentes), em uma conjuntura em que estes termos ainda não estavam plenamente consolidados no debate internacional.

Aparecem como necessárias, no contexto internacional, a construção e a consolidação do conceito de Soberania Alimentar, não exclusivamente como um termo que expressa resistência, mas associado ao direito dos povos de decidir como vão produzir e consumir seus alimentos, e de forma que sua adoção gere uma agenda propositiva.

O conceito de Segurança Alimentar precisa também incorporar um enfoque multidimensional, capaz de superar a visão setorial baseada, sobretudo, no aspecto da produção. É preciso criticar e superar o discurso associado ao modelo agrícola contido no pacote técnico da revolução verde que ainda prevalece em muitos espaços, inclusive na própria FAO e outras agências da ONU, de que a segurança alimentar está relacionada

⁴ O painel de especialistas foi estabelecido em 2010, como uma interface político-científica do Comitê de Segurança Alimentar (CSA). Tem o objetivo de dar suporte às decisões políticas com base na provisão de análises independentes e baseadas em evidências, a partir de demandas do Comitê.

fundamentalmente com a produção de alimentos. É preciso incorporar a dimensão da nutrição no conceito de segurança alimentar de forma definitiva, a partir da percepção de que a nutrição é um direito, assim como é direito o acesso à alimentação, e da incorporação de aspectos de disponibilidade, acesso e qualidade, e ainda o acesso à água. Há concordância com a adoção do termo, mas dúvidas sobre como isso se reverte em uma agenda concreta de políticas públicas.

b. Atuação Internacional Brasileira no campo da SAN

Os olhos de diferentes países do mundo, assim como de vários órgãos multilaterais, estão postos no Brasil, no que diz respeito à segurança alimentar e às estratégias de superação da fome, o que nos traz uma grande responsabilidade. Precisamos observar, portanto, em que medida estamos exportando nossas contradições internas e promovendo a transferência de modelos, sobretudo o do agronegócio, sem uma boa compreensão sobre o impacto destas formas de cooperação nos diversos países. Um exemplo bastante citado ao longo do debate foi o caso do ProSavana, que reproduz na savana moçambicana o modelo de monocultura implementado no cerrado brasileiro. As perspectivas vislumbradas no Seminário, a partir da comparação com o que foi o Programa Prodecer no Brasil, são de desastre socioambiental e deslocamento de comunidades tradicionais e camponesas, para dar lugar a um celeiro de plantação de soja e outras *commodities* alimentares.

O Brasil deve atuar de forma mais transparente no que diz respeito à cooperação internacional. Iniciativas como o ProSavana são verdadeiras caixas-pretas. Grande parte dos projetos de cooperação internacional no campo da segurança alimentar e nutricional são formulados e implementados de cima para baixo, sem a participação da população local dos países que recebem a cooperação, reforçando padrões autoritários e não participativos no campo das políticas públicas, que muitas vezes favorecem esquemas corporativistas, privatistas e clientelistas. É preciso refletir sobre como se pode monitorar estas iniciativas de cooperação sul-sul ou horizontal, o que exige, em primeiro lugar que o governo brasileiro dê visibilidade às ações em curso. É necessário também pensar sobre como se pode acompanhar e até mesmo regular a atuação das multinacionais brasileiras, em temas como o acaparamento de terras, de impactos socioambientais e a reprodução de modelos de agronegócio, o que tem se dado inclusive com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na cooperação sul-sul ou horizontal, é importante afirmar a importância do princípio da não ingerência. A cooperação brasileira deve partir da vontade do país receptor, se apoiar na autonomia daqueles que recebem cooperação, de forma que estes possam institucionalizar e adaptar programas de acordo com sua realidade. Não devemos exportar um modelo próprio, mas sim compartilhar experiências, mostrar as propostas

desenhadas no contexto brasileiro, para o enfrentamento da Segurança Alimentar e Nutricional. Não devemos trabalhar com modelos prontos e princípios exportáveis. Nestes processos, é importante incorporar os princípios da participação social e da intersetorialidade. As negociações de projetos, assim como sua implementação, devem ser permeadas de estratégias continuadas de diálogo com a sociedade civil, principalmente com os mais diretamente afetados pelas iniciativas de cooperação sul-sul ou horizontal.

As iniciativas de cooperação sul-sul ou horizontal devem partir de relações horizontais, em que o Brasil se coloca também no lugar de aprender com a experiência dos outros países. Um intercâmbio de grande relevância para o Brasil poderia se dar na troca com países, como o Equador, que tem incorporado em seus marcos legais as cosmovisões dos povos indígenas, e o reconhecimento do Direito da Natureza, como forma de romper com a visão que separa a natureza da sociedade, e que acaba por levar à mercantilização dos recursos naturais e à “comoditização” dos alimentos.

Do ponto de vista da garantia do direito humano à alimentação adequada, nacionalmente é preciso que o Brasil faça o acompanhamento sistemático do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), assine o Protocolo Facultativo do Pidesc e reconheça a legitimidade da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o que é importante para o fortalecimento do Sistema Regional de Proteção de Direitos Humanos.

c. Participação e Articulação Internacional da Sociedade Civil

As análises ocorridas ao longo do debate deixam claro que estamos diante de uma nova configuração geopolítica que traz riscos, assim como oportunidades, o que apresenta novos desafios para as organizações da sociedade civil em nível internacional. As grandes corporações, aliadas a setores de governos nacionais, já estão em ação, com propostas que visam à expansão e o fortalecimento do que parece ser uma nova Revolução Verde. Por outro lado, faltam unidade e coordenação política por parte dos movimentos e organizações sociais. No caso de países como o Brasil, os desafios de engajamento com esta agenda são enormes, dado o contexto de crise de recursos financeiros que ameaçam a sustentabilidade e autonomia de muitas organizações e movimentos históricos e estratégicos da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Alguns desafios apontados aparecem como centrais em possíveis estratégias em torno das quais começam a se organizar movimentos de cidadania global. Um desafio estratégico que envolve todos os demais é a necessidade de se reforçar os laços de cooperação entre as organizações da sociedade civil para uma atuação mais unificada sobre o sistema alimentar global. É preciso fortalecer a atuação coordenada das organizações da sociedade civil nos espaços de incidência e elaboração de políticas e normas internacionais

de segurança alimentar e nutricional, expandindo, inclusive a experiência do Comitê das Nações Unidas de Segurança Alimentar (CSA) para outros espaços multilaterais. É preciso observar também o movimento de regionalização da FAO e fortalecer as organizações da sociedade civil e a articulação entre elas para uma atuação regionalizada. Ao longo dos debates, destacou-se, enquanto espaço de participação estratégico, o recém criado Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consan) no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assim como o Fórum das Mulheres Rurais da CPLP, criado na mesma época.

De maneira geral, há um sentimento de que devem ser promovidos intercâmbios e capacitação de lideranças de organizações camponesas, mulheres rurais, profissionais, gestores e estudantes, sob os novos enfoques de soberania e SAN, e a partir de instrumentos de cooperação sul-sul ou horizontal. É preciso reconhecer que estes são processos lentos, mas estratégicos e permanentes. A troca de conhecimento entre as realidades nacionais aparece também como algo a ser fomentado, através, por exemplo, do desenvolvimento de estudos comparativos sobre os sistemas agroalimentares dos países e suas políticas públicas, que possam subsidiar o debate entre os países.

Um segundo bloco refere-se à atuação internacional do Brasil. Uma questão recorrente nas apresentações e debates é a necessidade de fortalecimento da participação social qualificada nas discussões da política externa brasileira e na sua cooperação internacional para o desenvolvimento. Neste sentido, reforça-se a demanda pela criação de um conselho nacional voltado para a participação e o controle social da política externa brasileira. Em um espaço como este, articulado com os demais conselhos de políticas públicas, deveriam se debater programas de cooperação sul-sul, como o ProSavana.

Um terceiro eixo de articulação da sociedade civil deveria se dar em torno das corporações multinacionais, em ações que demandem, por exemplo, o estabelecimento de critérios socioambientais, que sejam válidos igualmente em todos os países de atuação destas multinacionais, independente das legislações nacionais, o que seria extremamente impactante, por exemplo, no caso da atuação de multinacionais brasileiras na África.

d. Elementos para a atualização da agenda internacional do Consea

Nos debates ocorridos ao longo dos dois dias de Seminário, surgiram uma série de reflexões, posicionamentos e propostas que são descritos ao longo do relatório. Nesta última parte, pretende-se resgatar algumas proposições que remetem diretamente à agenda de atuação internacional do Consea.

Acredita-se que o Consea poderia contribuir, a partir da experiência nacional, na reflexão sobre os elos possíveis a serem constituídos entre o Comitê das Nações Unidas

de Segurança Alimentar (CSA), as regiões e os países, com especial ênfase na relação entre a sociedade civil. Não se trata de reproduzir modelos, mas de absorver os aprendizados de uma experiência que nos leva a reafirmar e valorizar a participação dos diversos atores e posições, trazendo as contradições para o debate. Com este objetivo, como desdobramento do Seminário, foi aprovado pela plenária, o conteúdo de uma carta com recomendações enviada ao CSA e ao Mecanismo da Sociedade Civil do CSA (em anexo). Ainda em relação ao CSA, apresenta-se como desafio para o Consea fazer avançar o debate sobre quais seriam temas emergentes globais, quando vislumbrados a partir do Brasil.

Ao longo do Seminário, foram propostos alguns temas que poderiam vir a ser indicados pelo Consea ao CSA como temas prioritários a serem trabalhados na agenda internacional, tais como: soberania alimentar, agroecologia, regulação das corporações alimentares, biotecnologias, situações de violação de direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, acaparamento de terras, agrocombustíveis e gênero. Porém, estas discussões precisariam ainda ser amadurecidas internamente, caso o Consea pretenda estabelecer este tipo de diálogo com o CSA.

Aparece como necessária a reflexão sobre como se pode monitorar as iniciativas de cooperação sul-sul ou horizontal no campo da segurança alimentar e nutricional, a partir de espaços como o Consea, o que exige, em primeiro lugar, que o governo brasileiro dê visibilidade às ações em curso. Neste caso, seria necessário que o Consea cobrasse maior transparência do governo federal quanto a seus acordos de cooperação internacional. Em relação ao ProSavana, participantes moçambicanos solicitam que este debate seja feito de forma mais aprofundada no âmbito do Consea. Surgiu ainda como proposta uma ação articulada para exigir maior transparência dos financiamentos externos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) associados a grandes empreendimentos internacionais.

Propõe também que o Consea siga e aprofunde suas estratégias de intercâmbio com outros países e que estimule o governo federal a promover iniciativas de cooperação voltadas para o fortalecimento de articulações internacionais e capacitação de lideranças de organizações camponesas, mulheres rurais, profissionais, gestores e estudantes, sob os novos enfoques de soberania e SAN, e a partir de instrumentos de cooperação sul-sul ou horizontal.

ANEXO 1
PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

“Desafios globais para o direito humano à alimentação, a soberania e segurança alimentar e nutricional e os papéis do Brasil”

Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto
Brasília, Distrito Federal, Brasil

1º DIA - 29 DE OUTUBRO

- 8h-9h • **Credenciamento**
- 9h-10h30 • **Painel 1** - O sistema alimentar global: tendências e desafios de regulação e governança global a partir de três pontos de vista - internacional, da sociedade civil brasileira e do governo brasileiro
Coordenação: **Maria Emília Lisboa Pacheco**, Presidenta do Consea
- 9h-9h30 • **Flávio Valente**, Secretário Geral da Rede de Ação e Informação "Alimentação primeiro" (FIAN Internacional)
- 9h30-10h • **Renato Maluf**, Conselheiro Nacional do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)
- 10h-10h30 • **Guilherme Patriota**, Assessor Especial do Gabinete Pessoal da Presidência da República
- 10h30-11h • **Intervalo**
- 11h-12h20 • **Debates**
- 12h20-12h30 • **Lançamento da Publicação "A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira"** - Abrandh/Oxfam
- 12h30-14h30 • **Almoço**
- 14h30-16h • **Painel 2** - Estratégias e políticas nacionais e internacionais para a soberania e segurança alimentar e nutricional e o direito a alimentação no Equador, Filipinas e Moçambique
Coordenação: **Pedro Kitoko**, Conselheiro Nacional do Consea
- 14h30-15h • **Aurea Teves**, Presidenta da Rede de Ação e Informação "Alimentação primeiro" (Fian) nas Filipinas
- 15h-15h30 • **Saquina Mucavele**, Diretora Executiva da Organização Não-Governamental Mulher, Gênero e Desenvolvimento (MuGeDe) e integrante da Rede de Organizações para Soberania Alimentar (Rosa) de Moçambique
- 15h30-16h • **Fernando Rosero**, Coordenador Geral do Centro Andino para a Formação de Líderes Sociais (Cafolis) do Equador
- 16h-16h30 • **Intervalo**
- 16h30-18h • **Debates**

ANEXO 1

PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

“Desafios globais para o direito humano à alimentação, a soberania e segurança alimentar e nutricional e os papéis do Brasil”

Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto
Brasília, Distrito Federal, Brasil

2º DIA - 30 DE OUTUBRO

- 9h-10h30 ● **Painel 3** - Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil
Coordenação: **Edécio Vigna**, Conselheiro Nacional do Consea
- 9h-9h30 ● **Marília Leão**, Conselheira Nacional do Consea
- 9h30-10h ● **Valéria Burity**, Coordenadora Geral de Implantação e Gestão do SISAN (Sesan/MDS)
- 10h-10h30 ● **Francisco Menezes**, Integrante do Forum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)
- 10h30-11h ● Intervalo
- 11h-12h30 ● Debates
- 12h30-14h ● Almoço
- 14h-16h ● **Painel 4** - Atuação em âmbito internacional das organizações da sociedade civil
Coordenação: **Gleyse Peiter**, Conselheira Nacional do Consea
- 14h-14h30 ● **Ana Maria Suarez-Franco**, Representante Permanente da FIAN internacional em Genebra
- 14h30-14h40 ● **Jorge Stanley**, Integrante do Mecanismo de Participação da Sociedade Civil do Comitê das Nações Unidas para Segurança Alimentar (CSA)
- 14h40-14h50 ● **João Pinto**, Secretário da Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional dos Países da Comunidade de Língua Portuguesa (RedSan-CPLP)
- 14h50-15h ● **Muriel Saragoussi**, Coordenadora da Campanha Cresça da Oxfam no Brasil
- 15h00-15h10 ● **Adriano Campolina**, Diretor da ActionAid no Brasil
- 15h10-15h20 ● **Alzira Menete**, Membro do Conselho Diretor da Rede Internacional de Segurança Alimentar (IFSN)
- 15h20 ● Debates
- 16h30-16h45 ● Intervalo

PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

“Desafios globais para o direito humano à alimentação, a soberania e segurança alimentar e nutricional e os papéis do Brasil”

Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto
Brasília, Distrito Federal, Brasil

2º DIA - 30 DE OUTUBRO

16h45 • **Encaminhamentos:** Identificação de prioridades para atuação do Consea na área internacional e palavras finais
Renato Maluf, Relator da Síntese do Seminário

18h00 • **Mesa de encerramento**

Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidenta do Consea

Fernando José Marroni de Abreu, Embaixador Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

Maya Takagi, Secretária Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan)

Adoniram Sanches, Coordenador do Projeto de Apoio às Estratégias Nacionais e Sub-regionais de Segurança Alimentar e Nutricional e Redução da Pobreza no Escritório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) no Chile

Helder Muteia, Representante da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura no Brasil (FAO)

ANEXO 2

Conteúdo da Carta enviada ao Comitê das Nações Unidas de Segurança Alimentar (CSA)

Carta da Presidenta do Consea dirigida para:

Embaixador Yaya Olaniran – Membro do Comitê das Nações Unidas de Segurança Alimentar (CSA) e do Comitê de Coordenação do Mecanismo da Sociedade Civil (MSC)

C/C

José Graziano da Silva – Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

Ertharin Cousin – Diretora Executiva do Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas

Kanayo F. Nwanze – Presidente do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida)

Monkombu Sambasivan Swaminatha – Presidente do Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional (HLPE)

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) promoveu, em parceria com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) o Seminário Internacional “Desafios Globais para o Direito Humano à Alimentação, a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e os Papéis do Brasil”, em Brasília (DF), nos dias 29 e 30 de outubro de 2012. Participaram do seminário aproximadamente 100 representantes de organizações da sociedade civil e de governos oriundos de mais de 24 países, de todas as regiões do mundo, além de representantes da sociedade civil e do governo brasileiro.

Tenho a honra de dirigir-me ao Comitê das Nações Unidas para a Segurança Alimentar (CSA) e ao Mecanismo da Sociedade Civil (MSC), vinculado ao mesmo Comitê, para partilhar com vossas excelências nossas preocupações e sugestões, apresentadas pelos participantes do Seminário com respeito ao CSA, com a intenção de contribuir para o aprimoramento desse importante corpo multilateral.

Num contexto de manifestações recorrentes da crise do sistema alimentar mundial que impede a erradicação da fome no mundo, consideramos que o CSA tem um papel impar na coordenação de políticas e na indução de estratégias que transformem a conjuntura desfavorável em oportunidade para a promoção de transformações na agenda global da segurança alimentar e nutricional. Preocupam-nos os aspectos críticos em termos sociais e ambientais do modelo agrícola apresentado como resposta às necessidades de

ANEXO 2

Conteúdo da Carta enviada ao Comitê das Nações Unidas de Segurança Alimentar

alimentos do mundo, assim como o controle exercido por grandes corporações transnacionais sobre o sistema alimentar mundial. Ao lado da persistência da fome, vemos crescer um padrão de consumo alimentar danoso à saúde humana e ao ambiente.

Os participantes do Seminário saudaram a adoção de um mecanismo formal de participação da sociedade civil, iniciativa pioneira e única no sistema das Nações Unidas, e ressaltam a importância do compromisso dos países membros no financiamento do MSC. Saúdam também a aprovação do Marco Estratégico Global na 39ª Sessão Plenária do CSA, uma conquista que traz grandes desafios no que se refere à sua implementação. Apoiamos a plena adoção do conceito segurança alimentar e nutricional e das correspondentes políticas intersetoriais, como há tempos ocorre no Brasil, bem como que se instaure o debate sobre a concepção da soberania alimentar, demandado pelas organizações sociais e adotado em um grande número de países.

Um dos principais desafios imediatos é construir elos de mão dupla entre o CSA, as regiões e os países. Os debates e recomendações extraídas no CSA chegam de forma frágil e desorganizada nas esferas de discussão regional e até mesmo nacional, ao mesmo tempo em que muitos temas tratados em nível regional ou nacional não ganham projeção no CSA. Neste sentido reforçamos, dentre outras estratégias possíveis, a importância da constituição/consolidação de plataformas multi-atores no quadro institucional dos países e das organizações regionais de integração econômica, assim como de organizações intergovernamentais regionais, como no caso do recém criado Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consan) no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Igualmente importante é avançar na articulação da sociedade civil a nível global para uma incidência mais qualificada no CSA por meio do MSC, aqui também sendo necessária a construção de elos com os movimentos e organizações sociais nos âmbitos regional e nacional. A incidência da sociedade civil na formulação de documentos como as Diretrizes Voluntárias e o Marco Estratégico Global possibilitou, entre outras, a incorporação de aspectos de gênero e a consulta prévia aos povos indígenas. Contudo, a sua descentralização deve ser acompanhada de processos de capacitação e intercâmbio de aprendizado entre os movimentos sociais, para que a sociedade civil dos diversos países possa construir e fortalecer plataformas e redes nacionais, e estratégias próprias de participação e controle social.

Acreditamos que os organismos internacionais, especialmente a FAO, o Fida e o PMA podem desempenhar papel importante no apoio à construção dos referidos elos, assim como no fomento à participação social e na criação de condições nacionais para a exigibilidade do direito humano à alimentação adequada.

ANEXO 2

Conteúdo da Carta enviada ao Comitê das Nações Unidas de Segurança Alimentar

O Consea, por seu lado, manifesta a disposição de valer-se da experiência nacional acumulada, especialmente no que diz respeito ao exercício da participação social, para colaborar na reflexão sobre os elos possíveis a serem constituídos entre o CSA, as regiões e os países, com especial ênfase na relação entre a sociedade civil, e na mediação entre sociedade civil e governos. É nossa intenção seguir com as iniciativas que o Conselho vem tomando no sentido de promover a cooperação internacional, através do intercâmbio de experiências, em especial, no que se refere à participação social na formulação e controle social das políticas públicas.

Por fim, gostaríamos de salientar e valorizar o papel crescente do CSA na identificação e tratamento de temas emergentes que afetam a promoção do direito humano à alimentação adequada e a soberania e segurança alimentar e nutricional. Valorizamos o papel do Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional (HLPE) e do Mecanismo de Participação da Sociedade Civil na definição destes temas. Alguns desses temas foram mencionados durante o Seminário, com destaque para: a soberania alimentar, em especial sua relação com a conservação e o direito dos agricultores e o livre uso da agrobiodiversidade; o direito dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais; a regulação das corporações alimentares e das novas tecnologias; e os impactos da “tomada de terras” e utilização dos agrocombustíveis na soberania e segurança alimentar e nutricional.

Maria Emília Lisboa Pacheco
Presidenta

ANEXO 3

Abaixo-assinado em favor dos povos indígenas da etnia Kaiowá Guarani

Brasília, 30 de outubro de 2012.

Nós abaixo assinados, representantes de diversas organizações, redes e movimentos brasileiros e internacionais, participantes do Seminário Internacional "Desafios Globais para o Direito Humano a Alimentação, a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional", realizado em Brasília, entre os dias 29 e 30 de outubro de 2012, estamos extremamente preocupados com a situação da população indígena Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Este povo indígena tem tido seus direitos humanos sistematicamente violados nos últimos anos devido à impossibilidade de terem acesso às suas terras tradicionais e, conseqüentemente, proverem sua subsistência. A ausência da demarcação do seu território, em desrespeito à legislação nacional que a estabelece, tem exposto os Guarani-Kaiowá a severa desnutrição, a más condições de vida, a altas taxas de homicídios e suicídios, bem como elevado índice de violência.

No último dia 08 de outubro de 2012, a comunidade de Pyelito Kue/Mbaraky emitiu nota na qual anuncia preferir ter sua morte coletiva decretada a ver sua terra ancestral ser novamente sequestrada. O Brasil, como Estado Parte de Pactos Internacionais de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (OEA), do Protocolo de San Salvador e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assumiu compromissos no âmbito do direito internacional de proteger, promover e respeitar os direitos à alimentação, à água e em especial à vida dos povos indígenas, o que implica nos seus direitos ao território. Nesse sentido, nos solidarizamos com organizações e movimentos brasileiros que reivindicam que os poderes Executivo e Judiciário adotem imediatamente medidas garantindo que:

- A Fundação Nacional do Índio (Funai), do Ministério da Justiça, proceda com extrema urgência a publicação das portarias conforme previsto no Termo de Ajuste de Conduta (TAC), referente ao Procedimento Administrativo MPFIRPMIDRS/MS 1.21.00100006512007-44.
- O Ministério da Justiça, após o processo de identificação e delimitação das áreas, homologue com celeridade as mesmas.
- O Supremo Tribunal Federal acelere o julgamento dos processos em sintonia com os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.
- Os Guarani-Kaiowás sejam protegidos contra a violência e práticas de criminalização de sua luta pelo seu território e por seus direitos em geral.

Apoio



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

